

# BOLETIM CULTURAL



CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

2.ª Série, Vol. 1

1983

# BOLETIM CULTURAL

2.<sup>a</sup> Série, Vol. 1

1983

FUNDO GERAL

FLUP-BIBLIOTECA ( )



\*521269\*



200/05  
Bil.

## CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

## BOLETIM CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

---

### SUMÁRIO

- 7 Editorial
- 9 Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV.  
1.ª Parte: os grupos em confronto.  
*Armindo de Sousa*
- 105 A participação do Porto nas Cortes de Lisboa de 1619.  
*F. Ribeiro da Silva*
- 143 L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup>  
siècle. Um patrimoine méconnu des bibliothèques et musées portugais.  
*Marie-Thérèse Mandroux-França*
- 207 Mousinho da Silveira, revolucionário a título póstumo.  
*Victor de Sá*
- 229 Os deputados do Porto às Constituintes de 1911.  
*Adriana Maria Bento de Aguiar Branco*  
*Ana Paula Soares Leite Martins Portela*
- 245 Notas sobre a origem e o estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto.  
*Luís A. de Oliveira Ramos*
- 261 Educação de utilizadores de bibliotecas.  
*Maria Fernanda de Brito*

---

### Publicação Anual

---

*Redacção:* Arquivo Histórico da CMP  
Casa do Infante - Rua da Alfândega - 4000 Porto

*Propriedade:* Câmara Municipal do Porto

*Direcção gráfica:* Armando Alves

*Composição e Impressão:* Inova/Artes Gráficas

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

## NOTAS SOBRE A ORIGEM E O ESTABELECIMENTO DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO \*

*Luís A. de Oliveira Ramos*

São inúmeros os testemunhos e as referências acerca da primitiva Faculdade de Letras do Porto e continua a ser objecto de estudo a obra do Dr. Leonardo de Coimbra que a instituiu quando ministro da Instrução.

Ora, para bem entender o aparecimento desta escola, somos obrigados a recuar no tempo, em ordem a perscrutar o quadro histórico em que surge o homem e a instituição, isto porque Leonardo de Coimbra e a antiga Faculdade estão directamente ligados às grandes transformações ocorridas em Portugal e na Europa durante a segunda metade do século XIX e os decénios iniciais do século XX. O percurso do homem e o perfil da instituição prendem-se, na verdade, à afirmação do ideário democrático e das forças sociais que o assumiram, no âmbito dum fluxo histórico do qual resulta a proclamação e a obra da 1.<sup>a</sup> República.

Esse movimento, o movimento democrático, vai alterar as instituições, os conceitos educacionais e a ordem social do liberalismo, banindo a esclerosada monarquia cartista, depois de analisar a sua índole oligárquica e restritiva, tendo em mente divulgar conceitos mais abertos e actuates, correntes na Europa.

Quais, então, os corolários do movimento democrático europeu?

Segundo Rémond, a democracia retoma a herança das liberdades públicas legada pelo liberalismo para acentuar o conceito de igualdade ou universalidade. Por outro lado, recusa as distinções e as restrições mesmo temporárias, perfilhadas pelos liberais em nome duma alegada política de experiência, do possível, do razoável. Nesta ordem de ideias, os democratas defendem a aplicação imediata dos princípios, reclamam o sufrágio universal, exautoram o voto censitário.

A cronologia da adopção do sufrágio universal nos Estados contemporâneos constitui a própria cronologia de marcha da democracia que com ele irrompe de facto.

À chamada soberania nacional do liberalismo, apanágio de um grupo minoritário de cidadãos, a democracia contrapõe a soberania popular do conjunto dos indivíduos, que inclui as massas populares, definindo o país real.

---

\* Na origem deste texto está uma conferência pronunciada na Faculdade de Letras do Porto que deu azo a um artigo inserido no Jornal «O Comércio do Porto», conforme convite de José Augusto Seabra.

Quebram-se barreiras, objectiva-se o conceito de soberania, pois não se trata já da soberania do país legal, mas da soberania real da totalidade dos cidadãos. A tal luz, os democratas pedem a liberdade para todos, enquanto os liberais reconheciam o exercício geral das liberdades aos que as podiam usar em termos razoáveis, isto é, aos que possuíam capacidades intelectuais e económicas para tal.

Sem embargo, tinham os democratas consciência de que as desigualdades sociais opunham obstáculos sérios ao efectivo funcionamento da democracia, pelo que preconizavam o estabelecimento de condições que tornassem viável a execução das referidas liberdades. A seu ver, não chegava inscrever um princípio na lei, importava velar e lutar pela sua aplicação.

E a democracia, além de propôr a igualdade jurídica e civil, interessava-se pela igualdade social, noção de amplas consequências, porquanto é segundo a sua dimensão que se desenharão os prolongamentos mais actuais da ideia democrática.

Quer dizer, os ideólogos da democracia propugnam o universalismo, a soberania popular, preconizam a criação de condições favoráveis à concreta vigência das liberdades e defendem a igualdade social<sup>1</sup>.

Traduzindo de um ponto de vista estritamente político este corpo de ideais, os republicanos portugueses de oitocentos defendem o sufrágio universal — a que em 1911 se renuncia na prática — defendem o predomínio do legislativo sobre o executivo, combatem o serviço militar obrigatório e a existência do corpo diplomático, do mesmo passo que atacam certa fiscalidade lesiva do povo e propõem o incremento do cooperativismo, anulador das desigualdades<sup>2</sup>.

Demais, no nosso país, como na Europa, o advento da república e da democracia corre paralelo, já com a afirmação do movimento das nacionalidades, já com a afirmação do movimento operário e do socialismo e emerge num contexto marcado por transformações sociais que viabilizam tal advento, criando-lhe as bases de apoio, oferecendo-lhe os intérpretes.

Na verdade, se o século XIX assiste à formação de um patronato diferente, ligado à indústria e à banca, com fitos, hábitos e estilo peculiares, opostos aos dos operários da indústria, em regra deslocados das aldeias, entre os quais só uma minoria reivindicativa — amiúde anarquista — quebra a passividade da maioria, o mesmo século assiste a uma progressiva oposição e diferenciação entre os campos e as cidades, constituindo o meio rural lugar de uma sociedade tradicional, no teor existencial e na mentalidade, dominada por influentes clássicos, como o pároco, o proprietário, etc..

---

<sup>1</sup> Cf. René Rémond, *Introduction à l'histoire de notre temps: 2 - le XIX siècle (1815 - 1914)*, Paris, 1975, pp. 49/56.

<sup>2</sup> Cf. Oliveira Marques, *História de Portugal*, II, Lisboa, 1976, pp. 242/243.

Só que entre a camada superior, integrada por notórios burgueses e sobreviventes da aristocracia, ricos e mais cultos ou preparados para os embates do mundo, e a camada inferior, integrada pelas massas populares carecidas de meios materiais e de cultura, afirma-se também, progressivamente, uma camada intercalar, a classe média, que trabalha nas administrações privadas e estatais, no ensino, na banca e nos transportes, nos armazéns e nas grandes companhias, a qual compreende activos elementos das profissões liberais.

Na sua formação, ligada à conjunção de factores técnicos, económicos e de cultura, a classe média configura uma realidade nova e em ascensão no quadro deveras diferenciado da sociedade do tempo. No movimento democrático, constituirá o equivalente da burguesia do dinheiro e do talento no liberalismo, fornecendo-lhe, por assim dizer, a sua infantaria. E a infantaria da democracia ver-se-á reforçada pela gente do campo quando a difusão dos meios de comunicação social e do ensino primário o permitirem<sup>3</sup>.

Tal como na Europa, também em Portugal a classe média desempenhará, sobretudo em Lisboa e no Porto, papel de relevo na transformação das instituições. Quando da proclamação da República, o país possui 6 milhões de habitantes, dos quais 17% concentrados em Lisboa e no Porto, cidades de peso evidente. A capital alberga 500 mil almas e o Porto 200 mil, isto numa nação eminentemente agrícola, de industrialização ténue, com um número de operários que ronda os 100 mil e cuja taxa de crescimento demográfico quase atingirá os 25% nas décadas seguintes.

Ao começar o século XX, a rica classe burguesa aliada «à antiga e mais ou menos pura nobreza» governava oligarquicamente a monarquia portuguesa. O grande inimigo do sector dominante, escreve Oliveira Marques, «não era o povo miúdo dos operários ou dos camponeses, ainda insuficientemente evoluídos, mas justamente a classe média das cidades», maioritária nos grandes centros urbanos. Integravam-na pequenos burgueses, negociantes ou dados à indústria, «os membros das profissões liberais e o pequeno funcionalismo público, as baixas patentes do exército, a maioria dos estudantes universitários, alguns pequenos proprietários rurais, a quase totalidade da marinha de guerra». Empenhados na busca de «um lugar ao sol na governação e na direcção económica (este grupo), genuinamente preocupado com o futuro das colónias e com o atraso do país, imbuído de ideologias francesas, era anti-clerical e anti-monárquico, assim como era anti-socialista e nacionalista ferrenho», conclui o mesmo autor. Por sua vez, na base da pirâmide social, as camadas proletárias compreendiam um pequeno conjunto de socialistas activos, anarquistas e uma maioria pouco instruída ou analfabeta, a exemplo do vasto mundo dos

---

<sup>3</sup> Cf. René Rémond, *ob. cit.*, II, pp. 56/66.

camponeses e de certos pequenos proprietários, todos eles submersos em dificuldades e sujeitos à tutela laico-clerical de caciques e demagogos<sup>4</sup>.

Da classe média a que há pouco nos referimos, sairá o núcleo fundamental dos homens públicos que vão urdir a primeira lei fundamental da República, a Constituição de 1911, um texto individualista, laico, de prevalência parlamentar, que estabelece 3 poderes e duas câmaras, tendo como ideias-chaves a liberdade, a segurança individual e a propriedade. As liberdades individuais e os direitos dos cidadãos aparecem logo no título II da Constituição e desdobram-se ao longo do artigo 3.º, o qual estipula a igualdade pela negação dos privilégios e através da liberdade e igualdade de todos os cultos. Ainda nesse longo e importantíssimo artigo determina-se que o ensino, nos estabelecimentos do Estado, seja neutro em matéria religiosa, garante-se o direito à propriedade, do mesmo passo que se reconhece o direito à resistência para a defesa das garantias individuais<sup>5</sup>.

Os estudos sociológicos de pormenor a que procedi, com a colaboração de colegas e alunos, sobre uma amostra significativa de parlamentares com assento nas Constituintes de 1911, revela, se tomarmos como base os deputados do distrito do Porto, que a Constituição foi elaborada por individualidades do Partido Republicano Português, maioritariamente provenientes da área que os elegeram, ou a ela ligados pelo exercício de actividades importantes, com idades entre os 37 e os 48 anos, estando a média nos 43, apoiados por um núcleo de veteranos e por uma pequena vanguarda na casa dos 20. *No geral, a condição social dos deputados é média burguesa, de prevalência civil.* A sua formação assinala a passagem da grande maioria pelo ensino superior, depois de concluídos os estudos preparatórios secundários (às vezes tirados em Seminários). Avultam os membros de profissões liberais, ao lado de um bom lote de gente de bens (comerciantes, industriais, proprietários, etc.).

Dois terços dos deputados nasceram na região do Porto e outros estão muito ligados à vida regional e local pelas profissões ou lugares que exercem ou exerceram. Em percentagem desuniforme aparecem individualidades de fora, porventura individualidades que Lisboa decidiu encaixar na província por falta de outra vaga ou para valorizar as listas.

Pela análise das biografias parlamentares, infere-se da clara participação de muitos na propaganda republicana e mesmo de alguns nas sedições que prepararam a mudança do regime.

E, no proselitismo democrático, o exercício do jornalismo, em termos polémicos e pedagógicos, assumiu relevância, pois em Portugal como na Europa, existia clara noção do papel que os meios de informação e o

---

<sup>4</sup> Cf. Oliveira Marques, *Portugal no Século XX - Problemas da história portuguesa, 1910 - 1930*, Lisboa, 1969, pp. 220/262.

<sup>5</sup> Cf. Marcello Caetano, *Constituições Portuguesas*, Lisboa, 1978, pp. 87/90.

ensino podiam assumir no prolongamento e difusão do ideário democrático<sup>6</sup>.

Na verdade, havia a ideia de que a democratização, além de abranger as instituições, devia chegar a outros domínios. Por exemplo, o «alargamento do direito de voto a todos os cidadãos» pedia que os mesmos cidadãos estivessem, tanto quanto possível, em condições de conhecer os dados elementares próprios das opções políticas em causa, de modo a poderem escolher. Por isso, a generalização da instrução primária depressa se impôs aos «fundadores da democracia política como um prolongamento natural, uma exigência lógica do sistema. Do mesmo modo, conclui René Rémond, a difusão de informação e a liberdade de expressão surgem como necessárias, salvo se se quiser reduzir a democracia a um simulacro»<sup>7</sup>.

Eis por que, logo após a proclamação da República, uma república saída da classe média e por ela interpretada, foi tentada «uma maior generalização e democratização da cultura». Para tal «o grande mérito do... (novo regime) foi fornecer a legislação e o enquadramento necessário» embora lhe faltassem os meios práticos de efectivação. De qualquer forma, o governo provisório cuidou particularmente dos níveis primário e superior do ensino, facto que se revestiu de inequívoca significação<sup>8</sup>.

No plano do ensino superior, são, por exemplo, instituídas as Universidades de Lisboa e do Porto, que congregam escolas superiores já existentes, com o fito de colocar aquelas cidades no plano de Coimbra.

No sector do ensino primário, a relevância das reformas resultou do seguinte: elas influenciaram «a qualidade da instrução estadual aberta a todos, pois estabeleceram que o ensino oficial e livre abrangesse o conjunto das crianças, tornando obrigatório a escolaridade dos sete aos 10 anos?» Ora, o ênfase dado ao ensino primário, o mesmo é dizer à educação dos futuros cidadãos eleitores, é um sinal claro de clarividência democrática.

Paralelamente, e conforme um historiador contemporâneo regista, à margem do sistema estadual, a 1.ª República «assistiu a um fomento cultural interessantíssimo, especialmente marcado nos campos do ensino livre e na difusão da cultura pelo povo»<sup>10</sup> e é neste contexto que o movimento da *Renascença Portuguesa* e a revista *Águia* assumem função relevante.

---

<sup>6</sup> De acordo com o modelo definido no nosso estudo, *Memória sobre os Deputados do Minho às Constituintes de 1911*, Braga, 1977, as alunas, Adriana Maria Bento e Ana Paula Soares Leite Martins Portela, da Universidade Católica, estudaram, no ano lectivo de 1978 - 1979, o caso dos deputados do Porto às Constituintes de 1911. Por sua vez, ao Dr. Francisco Ribeiro da Silva deve-se o significativo estudo — *Os Deputados pelo Distrito de Aveiro às Constituintes de 1911*, Aveiro, 1980, que aplica e desenvolve o modelo referido.

<sup>7</sup> Cf. René Rémond, *ob. cit.*, pp. 86/87.

<sup>8</sup> Cf. Oliveira Marques, *ob. cit.*, II, p. 267.

<sup>9</sup> Cf. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa — (para uma visão estrutural)*, Lisboa, 1971, p. 110.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 112.



A *Renascença* visava promover «a maior cultura do povo português», por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, do mesmo passo que, na perspectiva de Teixeira de Pascoais, testemunhada a Miguel de Unamuno, procuraria «revelar a alma lusitana, integrá-la nas suas «qualidades essenciais e originais»<sup>11</sup>. Segundo Urbano Tavares Rodrigues, a *Renascença Portuguesa* e a revista *Águia*, seu órgão, conglomeraram, em fase marcante (1912-1916), «diversas tendências [que] paralelamente se afirmam... unidas por um ideal comum de nacionalismo literário»<sup>12</sup>. Todavia, como acentuou o historiador Jaime Cortesão, personalidade famosa do movimento, a *Renascença* obedeceu ao propósito de «dar conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana», para o efeito desenvolvendo uma acção original e digna de nota já delineada na primeira série da *Águia* (1910-1911), à luz de «directrizes liberais», sociais, idealistas, numa tentativa de conjugação do nacionalismo (tradição) e do universalismo», afirma Jacinto do Prado Coelho<sup>13</sup>.

Deveras empenhados no fomento, os dirigentes da *Renascença* organizaram 4 comissões, que de Julho de 1912 em diante, trataram do problema religioso, do problema educativo, do problema social e do problema económico, factos que aliados ao nome dos seus membros, dá ideia da abertura e propósito dos mentores do movimento. E enquanto a *Águia* sugere renascenças no campo literário, científico e artístico, preconizando a necessidade de reformar o ensino em todos os graus, como meio de rejuvenescimento moral, intelectual e físico<sup>14</sup>, alguns elementos da *Renascença Portuguesa*, entre as quais Leonardo de Coimbra, proferem séries de lições numa Universidade Popular, dinamizando o meio portuense<sup>15</sup>.

Como é sabido, as universidades livres e populares erigidas em Lisboa e no Porto, proporcionaram «a um público vasto e heterogéneo —onde os operários se faziam representar em grande número— séries permanentes de conferências e cursos por especialistas voluntários não remunerados». Muitas destas conferências publicaram-se depois como pequenos opúsculos, distribuídos gratuitamente ou vendidos a baixo preço a vastas audiências»<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> Cit. por Jacinto do Prado Coelho, *Renascença Portuguesa*, in *Enciclopédia Verbo de Cultura*, 16, Lisboa, p. 273.

<sup>12</sup> Cf. Urbano Tavares Rodrigues, *A Águia*, in *Dicionário da Literatura*, I, Porto, 1978, p. 26.

<sup>13</sup> Cf. Jacinto do Prado Coelho, *ob. e loc. cit.*

<sup>14</sup> Cf. António de Magalhães, *A Águia*, in *Enciclopédia Verbo de Cultura*, I, Lisboa, 1963, pp. 766.

<sup>15</sup> Cf. Prado Coelho, *ob. e loc. cit.*

<sup>16</sup> Cf. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*, p. 112/113.

No Porto, a *Águia* e a *Renascença* reuniram «um grupo notável e variado de colaboradores», entre os quais figuram «poetas, pensadores, historiadores, economistas, sociólogos, pedagogos de diversas tendências», pois o movimento era animado por «um clima de tolerância, no desejo de congregar todos os elementos válidos da cultura nacional», graças a uma «diversidade considerada fecunda», a qual se reflecte nos 120 volumes da Biblioteca da *Renascença*, dados à estampa até 1918<sup>17</sup>.

Naturalmente, e entre os elementos da *Renascença* apostados na difusão da cultura, na procura do ethos português, na definição de um nacionalismo, no enraizamento do ideal republicano e democrático, ocorreram encontros e desencontros, expressão de pontos de vista que se degladiam para abrir novas perspectivas. Surge assim o afastamento de Fernando Pessoa e de Mário de Sá Carneiro que partem insatisfeitos com o saudosismo e criam o *Orfeu*; surge o caso de António Sérgio e Raúl Proença, cujo racionalismo realista entra em conflito com o idealismo poético, o tradicionalismo e o ruralismo de Teixeira de Pascoais<sup>18</sup>.

E qual o significado da *Renascença* na vida cultural do Porto? Expressamente qual a sua relação com a criação da Faculdade de Letras?

Segundo o Prof. Salgado Júnior, a *Renascença* ultrapassa o autodidatismo e o trabalho isolado próprio do Porto culto precedente e surge como «a primeira afirmação dum movimento cultural caracterizado», após a queda da monarquia, traduzindo novas esperanças e, como tal, uma renovação a urdir no âmbito da República.

Foi, decerto, um processo que a cidade «compreendeu perfeitamente» de tal sorte que se entusiasmou com a ideia de o sustentar. De facto, o número de sócios que se inscreveram deu-lhe viabilidade económica, o número de alunos presentes nos cursos professados avaliou-lhe o futuro e a oportunidade, o esgotamento das suas cuidadas edições testemunhou o engodo pelo alcance das matérias versadas. Ainda na opinião de Salgado Júnior, coube então ao Porto um papel catalítico na cidade, ressurgindo uma notória consciência literária, que tornou presente a necessidade de criar uma Faculdade de Letras, a qual deu continuidade à *Renascença*.

E deu continuidade porque um grande número de professores e alunos da Faculdade integrava, ou veio a integrar, o movimento; porque essa mesma gente animou tertúlias, jornais, cursos e conferências do burgo<sup>19</sup>; enfim, porque, acrescentamos nós, a Faculdade de Letras, estabelecida por Leonardo, pertence à linhagem republicana e democrática,

---

<sup>17</sup> Cf. J. Prado Coelho, *ob. e loc. cit.*

<sup>18</sup> Ver os artigos citados de Jacinto de Prado Coelho, Urbano Tavares Rodrigues e António de Magalhães.

<sup>19</sup> Cf. António Salgado Júnior, Porto, in *Dicionário de Literatura*, III, Porto, 1978, pp. 850/851.

cujo sangue diversificado correu nas veias da *Renascença* e emergiu numa cidade com as características do Porto.

Para explicitar as peculiaridades do burgo portuense recordem-se, sem carácter exaustivo, alguns aspectos do seu rosto no primeiro quartel do século XX.

Observaremos, em primeiro lugar, que o Porto de então constitui uma cidade servida pelo caminho de ferro, marcada pela actividade de fábricas, armazéns e lojas de comércio, pelo afã de bancos e companhias, dando azo à permanente renovação da sua fisionomia económica e social, cunhada esta pela ascensão da classe média.

Em segundo lugar, o civismo assume, aqui formas marcantes, e sob a república leveda o fermento democrático de que falava Ramalho Ortigão, sendo certo que, no 31 de Janeiro, o Porto demonstrara haver em Portugal «homens capazes de fazerem sacrifícios por uma ideia», isto para usar palavras de Basílio Teles<sup>20</sup>.

Na cidade reflectem-se, é um terceiro aspecto a notar, as reivindicações do movimento operário, onde têm eco propostas de índole socialista, anarquista e comunista também ressonantes noutros sectores minoritários da sociedade.

Em quarto lugar, e no dito período, a cidade albergou membros dum processo de vitalização clerical, como elementos da corrente monárquica tradicionalista que o integralismo polarizará em sentido anti-democrático.

Em quinto lugar, independentemente da posição deste ou daquele membro seu, a Universidade criada na aurora do regime democrático, mas herdeira das antigas escolas superiores, apresenta sinais de pujança e, bem assim, de capacidade de resposta técnico-científica às mais prementes urgências da comunidade, preparando médicos, farmacêuticos, engenheiros, professores de ciências, outrossim frutificando o ensino e a actividade artística quer oficial, quer particular. Sector a não esquecer, até para entender completamente o caso da Faculdade de Letras do Porto, é o do magistério liceal, dada a capacidade de muitos servidores seus.

Finalmente, com a *Renascença* e de forma muito participada, descobre a cidade, em termos de movimento privado, a importância das ciências humanas, que a título individual, não institucionalizado, vultos de relevo vinham ilustrando no meio portuense.

Ora, como Jaime Cortesão inculcou, no aspecto cívico, pedagógico e de pesquisa, a *Renascença* quadra com prementes necessidades da república democrática, que no Porto estavam à vista.

---

<sup>20</sup> Cf. Daqui houve nome Portugal, antologia preparada por Eugénio de Andrade, Porto, 1968, pp. 97/131.

Das virtualidades e carências do Porto sócio-cultural e científico, como destas necessidades, ou seja da necessidade de fomentar a instrução e as ciências do homem para consolidar o regime e valorizar tanto a educação, como a cidadania, guarda perfeita consciência o professor portuense Dr. Leonardo de Coimbra, que será ministro do Governo Domingos Pereira de 30 de Março de 1918 a 29 de Junho de 1919<sup>21</sup>.

E esta consciencialização é tanto mais expressiva, quanto é certo que a sua biografia reveste, na perspectiva de hoje, um carácter paradigmático, enquanto espelho da época, das suas transformações, das ideias e das opções prevaletentes.

Filho da média burguesia, o futuro professor foi guarda-marinha antes de passar a estudante de filosofia e líder académico. Fez bons estudos não só de ciências como de letras, colaborou numa revista anarquista, sagrou-se orador na propaganda republicana, revelando-se um intelectual inimigo do analfabetismo e apóstolo do ensino livre. Profissionalmente, exerceu por largos anos o magistério liceal e concorreu ao ensino superior, do mesmo passo que ganha reputação como pensador.

Enquanto político, esteve no parlamento em mais de uma legislatura e dirigiu duas vezes o Ministério da Instrução.

Director da Faculdade de Letras do Porto e seu catedrático de Filosofia, Leonardo, sem embargo de possuir funda preparação científica e de reputar necessário um extenso conhecimento das ciências por parte dos estudantes do curso filosófico, imprimiu um cunho eminentemente metafísico e espiritualista ao seu magistério.

Na cultura e na história, deixou nome imperecível por ser o filósofo do criacionismo, por ser um ministro dotado de capacidade legislativa e de execução inovadoras, que, além de tentar, por exemplo, reformar o ensino superior de Filosofia, criou a Faculdade de Letras do Porto.

Defensor do respeito e da tolerância, professor na mais genuína acepção do termo, que não na burocrática e regulamentar, para ele a «filosofia era a pesquisa das respostas às interrogativas vivas do homem»<sup>22</sup>. Daí a sua constante interferência no campo social e político.

Aquí, ou seja, no campo político, retoma a seu modo a inspiração fecunda do Governo Provisório e da *Renascença* e tenta uma verdadeira reforma cultural do país.

No sector primário, esse vital sector para a implantação da democracia, não só institui as escolas primárias superiores, como preconiza a transformação do ensino infantil, não em prefácio ao primário, mas, de certo modo, como seu primeiro capítulo<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Ver *Orgânica Governamental, sua Evolução, e Elencos Ministeriais Constituídos desde 5 de Outubro de 1910 a 31 de Março de 1972*, Lisboa, 1972.

<sup>22</sup> Cf. António de Magalhães, Leonardo José de Coimbra, in *Verbo Enciclopédia de Cultura*, Lisboa, 1967, pp. 875-879.

<sup>23</sup> Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *A Educação Infantil em Portugal*, Coimbra, 1977, p. 76.

E na área universitária, se decreta a controversa e inadequada extinção da Faculdade de Letras de Coimbra<sup>24</sup>, cria, de facto, a Faculdade de Letras do Porto e tenta interferir, legislando, no plano dos estudos filosóficos superiores.

Em tal domínio, modifica o elenco das disciplinas de Ciências Filosóficas das Faculdades de Letras, então existentes em Lisboa e Coimbra, instituindo «cadeiras anuais de Matemáticas Gerais, Física Geral, Química Geral, Biologia, Sociologia, Psicologia, Teoria da Experiência (ciência, arte, moral) e Metafísica, ao lado das já existentes Histórias da Filosofia Antiga, Medieval e Moderna e, ainda, os cursos práticos de Psicologia e de História da Filosofia, esta última destinada à leitura e interpretação de textos»<sup>25</sup>.

Como Oliveira Marques notou em 1970, se a reforma de Leonardo tivesse sido levada a cabo, imprimiria à filosofia prevalecente nos decénios seguintes «o cunho científico que em geral lhe tem faltado; abriria novas perspectivas no plano de estudos das ciências do espírito» e constituiria «talvez a guarda avançada de uma reforma gradual, mas completa», das outras licenciaturas de Letras<sup>26</sup>.

Mas a sua reforma do ensino superior filosófico não vingou. Através duma representação, a Faculdade de Letras de Coimbra reagiu à aplicação das inovações por não ter sido consultada e por o ministro ter nomeado dois professores para os novos lugares do quadro, que alargara. Por seu turno, Leonardo de Coimbra, considerando a representação do Conselho Escolar de Letras um acto de «intencional indisciplina», inserido num processo com antecedentes no seio da Universidade, desanexou da Universidade conimbricense a Faculdade de Letras e colocou-a no Porto<sup>27</sup>.

A motivação próxima, ou pretexto, para a instituição da Faculdade de Letras do Porto, se assim me posso exprimir, está então na questão com Coimbra, que era uma questão entre republicanos e conservadores, inimigos da República, mas na sua génese pesou, muito mais, o clima criado pela *Renascença Portuguesa*, as condições do meio portuense e o sentido da política de educação de Leonardo, apostado na intensificação da formação de professores a uma nova luz.

De facto, no decreto instaurador da nova Faculdade portuense, com data de 10 de Maio de 1919, o próprio ministro denuncia o ensimesmamento erudito, livresco e escolasticante de Coimbra e, atendendo à necessidade de preparar professores para o magistério secundário — que formava o carácter dos alunos — como ainda à impossibilidade de se ensinar sem conhecimentos da vida, escolhe o Porto para sede da segunda Faculdade

---

<sup>24</sup> Cf. Diário do Governo de 22 de Março de 1919.

<sup>25</sup> Cf. Oliveira Marques, *Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911 - 1961)*, Lisboa, 1970, p. 24.

<sup>26</sup> *Ibidem*,

<sup>27</sup> Cf. Damião Peres, *História de Portugal — Suplemento*, Barcelos, 1958, p. 249/251.

de Letras, visto as condições sociais da urbe exprimirem mais larga actividade que as conimbricenses<sup>28</sup>.

Quando da substituição do ministério que integrava, o Dr. Leonardo de Coimbra perdeu a batalha contra Coimbra e, o que foi mais, a batalha pela reforma do ensino da Filosofia. Ganhou, na altura, a batalha da criação da Faculdade de Letras, que organizou segundo o esquema vigente, sem todavia deixar de a facetar a seu modo no tocante ao sistema pre-valecente no recrutamento e graduação dos professores e no tocante ao clima existencial.

Com efeito, ele começou por estruturar os cursos da nova escola conforme o modelo das Faculdades de Lisboa e de Coimbra.

Estabeleceu, por isso, licenciaturas em Clássicas, Românicas, Germânicas, Filosofia e Histórico-Geográficas, licenciaturas onde se verifica que o número de cadeiras históricas e de cultura geral sobreleva as da especialidade. O facto, se testemunha um defeito, facilitará a transferência dos alunos de um curso para outro e dará azo a que, no exercício do magistério, os diplomados possam ministrar uma gama maior de matérias.

Em contrapartida, a fim de assegurar a entrada em funcionamento da Faculdade, o Dr. Leonardo de Coimbra e o Dr. Joaquim de Oliveira, seu amigo e seu sucessor no ministério da Instrução, facilitaram o recrutamento, por via de nomeação, dos professores e funcionários necessários à abertura das aulas e, bem assim, à organização da secretaria e da biblioteca.

Nestas, ou seja, nos serviços administrativos da Faculdade recém-criada, vão operar três trabalhadores-estudantes, como hoje diríamos, oriundos da facção progressista da academia portuense, a saber, os alunos de Medicina José de Oliveira Faria, Manuel Bento da Rocha Peixoto e João Fernandes de Freitas, este como conservador da biblioteca e o primeiro como chefe da secretaria. Oriundos da província do Minho, a permanência destes estudantes nos serviços varia conforme as suas posses, pois todos são de condição burguesa, mas nem todos são ricos e todos concluirão a licenciatura em Medicina, que exercerão, posteriormente, com brilho e por longos anos, no distrito de Braga, votados, respectivamente, à clínica, à psiquiatria, à obstetrícia. Dois foram convidados para assistentes da Faculdade de Medicina e um deles desempenhou o múnus durante algum tempo, antes de optar pela clínica particular. Para todos a passagem pela administração foi uma simples experiência, que decididamente não quiseram repetir, conforme a sua trajectória profissional veio a demonstrar.

Na constituição do quadro docente, recorreu-se, maioritariamente, por via de simples convite, a um conjunto de docentes de carreira, com

---

<sup>28</sup> Cf. Decreto 5770, de 10 de Maio, publicado no Suplemento do Diário do Governo, n.º 140, daquela data.

experiência, com obra publicada ou índice de valor claramente indicativo, processo, ao tempo, muito discutido e contestado, em particular nos meios intelectuais e universitários, mas que nos anos seguintes continuará a ser perfilhado pelo Conselho Escolar da Faculdade, sendo director o Prof. Leonardo de Coimbra.

Os nomes destes mestres são, de uma maneira geral, conhecidos, como conhecida é a sua obra, a admiração que concitaram nos seus discípulos e a influência que exerceram sobre a cultura portuguesa. A influência em questão tem sido repetida de forma crescente e é hoje aceite, posto que a análise do seu perfil e méritos peça um estudo histórico menos declarativo e mais documentado.

Eis porque vale a pena, através duma amostra deveras significativa, proceder à análise das características do corpo de professores da primitiva Faculdade de Letras do Porto segundo critérios precisos, deixando para outra ocasião a avaliação crítica do seu labor intelectual.

Para cumprir a primeira dessas tarefas, importa, começar por estabelecer o quadro e a média etária dos empossados e, depois, determinar a sua origem geográfica e social, considerar a natureza das suas habilitações de base e as profissões e actividades exercidas ou que exerciam à data da sua contratação, oferecendo à ponderação dos estudiosos dados globais que permitam tirar algumas conclusões a respeito da Faculdade erigida em 1919.

Urge, por outro lado, notar que, na prossecução de semelhante estudo, só entramos em linha de conta com docentes de nacionalidade portuguesa, cuja formação não foi adquirida na nova Faculdade, deixando, por isso, de lado os docentes estrangeiros e os assistentes que aí estudaram e aí alcançaram o grau de licenciado. Convém, finalmente, observar que os informes utilizados na análise dos vários quesitos abrangem mais de 80% do material possível.

Os mestres acerca dos quais colhemos dados foram inicialmente contratados para as secções que a seguir mencionamos. Alguns, raros, pediram transferência de grupo; outros, por necessidade de serviço ou pendor intelectual, regeram cadeiras de diversas licenciaturas. Os professores em questão, e as secções a que pertenceram, são os seguintes: Leonardo de Coimbra, Newton de Macedo — Ciências Filosóficas; Hernâni Cidade, Teixeira Rêgo e António Luís Gomes — Filologia Românica; Ângelo Ribeiro e Luís Cardim — Filologia Germânica; Canuto Soares e Francisco Torrinha — Filologia Clássica; Damião Peres, Augusto Ferreira Nobre, Homem Cristo e Aarão de Lacerda — Ciências Históricas; Mendes Correia e Magalhães Basto — Ciências Geográficas.

Em aditamento, lembre-se que o Dr. Magalhães Basto, contratado em 1922 para assistente de Geografia, transitou, em 1925, para Assistente de História, enquanto o Dr. Aarão de Lacerda ocupou um lugar de professor da cadeira anexa da Estética da História da Arte. E das Actas da Faculdade consta o pedido da transferência do Prof. Ângelo Ribeiro, da

Secção de Germânicas, para a de Filosofia, decerto porque a Ângelo Ribeiro interessavam os problemas especulativos<sup>29</sup>.

Mas submetamos, sem mais delongas, o quadro docente da antiga Faculdade às prometidas análises.

Vejamos, para começar, qual o nível etário dos membros da nova instituição. Predominam personalidades maduras ou personalidades jovens? Qual a média das idades? Trata-se de questões a que é possível responder de forma satisfatória com base nos dados disponíveis. Verificámos então que à casa dos 30 anos pertencem 6 dos 14 professores cuja idade pudemos registar. Na casa dos 20 figuram 5 docentes, embora um deles entre para a Faculdade depois dos 30. Com 40 anos feitos, em 1919, temos dois mestres, a saber, os Drs. Cardim e Torrinha. O único quinquagenário é Homem Cristo, que fará 60 em 1920, enquanto António Luís Gomes possui 21, logo seguido de Canuto Soares, Newton de Macedo e Magalhães Basto, os três com 25 anos em 1919. Salvo as excepções máxima e mínima, constituídas pelos profs. Cristo e Gomes, os docentes estudados gozam de idades que oscilam entre os 25 e os 40 anos.

A média etária deste conjunto queda-se nos 33 anos, número realmente baixo, a indicar a juventude da nova escola.

Por exemplo, Damião Peres, Mendes Correia e Hernâni Cidade têm respectivamente 30, 31 e 32 anos. Trata-se, portanto, de gente em tempo e com capacidade vital para se afirmar e que, na quase totalidade, não se furtará ao exercício proficiente das respectivas funções.

Ao considerar a origem geográfica do corpo docente da antiga Faculdade, procuramos averiguar se nela predominam pessoas do Norte, o que, além de ter interesse para garantia da estabilidade do quadro, testemunharia eventuais ligações com as virtualidades do meio social portuense, ou se, pelo contrário, se vislumbra qualquer outro critério.

Os dados compulsados, referentes a quinze professores, põem a nú o seguinte: nove professores nasceram numa zona de Portugal Atlântico delimitada pelo Vouga. Sete vieram ao mundo no distrito do Porto, um em Famalicão, outro em Aveiro. Lisboa e arredores foram berço de três: Cardim, Newton e Damião Peres. E no Alentejo nasceu Hernâni Cidade. Deparámos ainda com duas individualidades das Ilhas Adjacentes, isto é, Canuto Soares e Ângelo Ribeiro, naturais, respectivamente, do Funchal e de Angra. Nesta lista não lobrigámos ninguém do Portugal Interior, pois Leonardo, Mendes Correia, Aarão de Lacerda, António Luís Gomes, Magalhães Basto e ainda Francisco Torrinha e Homem Cristo provêm da fachada atlântica.

Eis porque se observa um claro predomínio dos nortenhos, valendo a pena notar que Hernâni Cidade trabalhara no Entre-Douro-e-Minho, onde

---

<sup>29</sup> Cf. Luís de Pina, *Faculdade de Letras do Porto - Breve História*, in *Cale*, Revista da Faculdade de Letras do Porto, I Porto, 1966, pp. 59/172.



também Ângelo Ribeiro ao tempo ensinava. Só que tal predomínio não obstou ao recrutamento de bons professores de escolas de Lisboa e de Leiria, como foram Cardim, Peres, Canuto e Cidade e não obstou a que, afinal, se garantisse o nexó com as condições sociais da cidade do Porto, de mais larga actividade que a de Coimbra, tal qual sublinhava o decreto da criação da Faculdade. Por último, um facto a reter: quer entre os nortenhos escolhidos, quer os contratados do Sul estão colaboradores da Renascença. É o caso, por exemplo, de Cardim, Ângelo Ribeiro e Canuto Soares.

Relativamente à origem social dos professores da antiga Faculdade, os elementos compulsados parecem situar a esmagadora maioria das personalidades convidadas na classe média de raiz plebeia. E entre elas há um núcleo de filhos família, a que não falta, pelo menos, mérito intelectual. O Dr. Ferreira Nobre, o Dr. Aarão de Lacerda e o Dr. António Luís Gomes constam de árvores geneológicas com lentes, reitores e ministros. Augusto Ferreira Nobre era irmão do catedrático de Ciências e depois reitor da Universidade do Porto, Prof. Augusto Nobre, como filho de um lente da Academia Politécnica era o prestigiado Aarão de Lacerda, enquanto o progenitor de António Luís Gomes fora o prócere republicano e também reitor conimbricense do mesmo nome. Por sua vez, Magalhães Basto estava ligado ao Prof. Mendes Correia, seu cunhado, o que em nada deslustra a carreira e a obra de um e de outro.

Quanto a habilitações de base, o exame de 14 biografias denuncia o predomínio de 6 homens de Letras, formados em Lisboa, a par de um politécnico também de Lisboa e de um teólogo. Temos, depois, um médico, 3 juristas e 1 diplomado pela Escola do Exército. Médico era Mendes Correia e da Academia Militar provinha Homem Cristo. Aarão de Lacerda, Magalhães Basto e António Luís Gomes frequentaram Direito, posto que o primeiro tenha, mais tarde, tirado o curso de Histórico-Geográficas, o que faz subir para 7 o número de licenciados em Letras. Sem formatura, descobrimos um intelectual e professor da melhor estirpe, Teixeira Rêgo, discípulo de Sampaio Bruno, cujas provas que o categorizaram para o ensino superior decorreram, por assim dizer, na *Águia*.

Por decisão votada em sucessivos Conselhos Escolares, e não pelo sistema de provas públicas, alcançaram o grau de Doutor, em virtude de méritos patenteados no magistério universitário, primeiro, Leonardo de Coimbra em 1921, e, depois, em 1928, 4 individualidades: Damião Peres, Teixeira Rêgo, Newton de Macedo e Mendes Correia. Finalmente, receberam, pelo mesmo processo, a borla e capelo, em 1926, Hernâni Cidade, Luís Cardim, Ângelo Ribeiro, Francisco Torrinha, Aarão de Lacerda, Canuto Soares e Augusto Ferreira Nobre, isto é, mais seis mestres. Os últimos a conseguir tal galardão foram Canuto Soares e Augusto Nobre<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> *Ibidem*.

Quer dizer, salvo Teixeira Rêgo, todos os professores da antiga Faculdade passaram pelos bancos da universidade portuguesa, onde Homem Cristo, militar de formação, tirou, pelo menos, os preparatórios.

Que actividades exerciam os novos lentes à data da sua entrada para a Faculdade de Letras?

Sabemos que oito desempenhavam funções docentes no ensino secundário, predominando os professores do Liceu. Aarão de Lacerda regia cadeira na Academia de Belas Artes e Mendes Correia pertencia, por concurso, aos quadros da Faculdade de Ciências do Porto. Intensa era a colaboração prestada por estes mestres a jornais e revistas, designadamente à *Águia* e à *Renascença*. Alguns participaram da propaganda a favor da República, como, por exemplo, Homem Cristo, Teixeira Rêgo, Leonardo Coimbra. Ângelo Ribeiro exercera funções de administrador em concelhos dos Açores no regime republicano. Damião Peres e Cardim tinham dirigido liceus, Hernâni Cidade batera-se com valentia na Grande Guerra.

Quer Homem Cristo, quer Teixeira Rêgo eram publicistas conhecidos, aquele como polemista temível e este como pensador. Tanto Damião Peres, como principalmente Cardim, tinham visitado o estrangeiro em missões de estudo. O último adquirira sólida preparação em Inglaterra e na Alemanha.

Alguns professaram cursos livres sobre matérias da sua especialidade. É o caso de Leonardo Coimbra, no Porto, de Luís Cardim, em Lisboa, e de Hernâni Cidade no cativo, durante a Guerra de 14-18. No Parlamento estiveram Leonardo Coimbra, Homem Cristo e, noutro contexto, Mendes Correia. António Luís Gomes acabara de se formar quando entrou para a Faculdade como professor de Literatura. E se Aarão de Lacerda e Magalhães Basto perceberam que não estavam destinados a trabalhar na barra dos tribunais, optando pelo ensino da história, Luís Gomes decidiu-se, logo em 1923, pela magistratura e pelo alto funcionalismo, em que teve papel marcante até 1968. Depois de 1919, Damião Peres, Leonardo Coimbra, Luís Cardim e Mendes Correia dirigiram faculdades ou escolas superiores da universidade portuguesa.

Ao compulsar a biografia destes homens, verifica-se que a maior parte já antes de entrar para a Faculdade escrevera livros ou artigos e ensaios. E isto sucede com docentes jovens, como Canuto Soares, Ângelo Ribeiro ou Damião Peres, ou com docentes mais maduros, tais como Torrinha, Cardim, Teixeira Rêgo, e, sobretudo, Leonardo Coimbra. Ligados à *Renascença* e à *Águia* descobrimos, por exemplo, os nomes de Leonardo Coimbra, Teixeira Rêgo, Mendes Correia, Canuto Soares, Ângelo Ribeiro, Francisco Torrinha, Newton de Macedo, Luís Cardim, etc.

De qualquer forma, como um dia me revelou o Prof. Hernâni Cidade, os novos professores da Universidade do Porto tinham clara consciência de que precisavam de se afirmar, contrabalançando pela qualidade das obras produzidas a sua integração numa Faculdade recente, filha mais nova duma Universidade virada para as ciências, olhada de lado pelas escolas anteriores, contestada pelas congéneres, activada, maioritariamente,

por intelectuais que nem vinham dos quadros do ensino superior, nem tão pouco visavam o doutoramento e a cátedra pelo sistema das provas públicas.

Por seu turno, a análise, à distância, da sua produção, evidencia o seguinte: os melhores exerceram profundo e durável influxo na formação de alunos, escritos seus alcançaram larga ressonância, e homens da qualidade de Hernâni Cidade, Damião Peres, Aarão de Lacerda passaram para as Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra, sagrando-se outros como professores, mestres e autores de qualidade. Canuto Soares ensinou na Universidade de S. Paulo. A maioria deixou, na verdade, um legado à cultura que interessa analisar e valorar em quadro comparativo do labor produzido nas diversas Faculdades de Letras do país.

Para ocasião posterior deixamos este tema, concluindo, agora, que a antiga Faculdade de Letras do Porto, instituída por Leonardo de Coimbra, deve ser estudada no âmbito da política da educação da 1.ª República e em conexão com o movimento da *Renascença Portuguesa*. Fruiu, tal escola, dum corpo docente com bons valores, em regra recrutados por convite. Integraram-no professores plenos de vitalidade, cuja idade, salvo exceções, oscila entre os 25 e os 40 anos, situando-se a média da significativa amostra estudada nos 33 anos. Na maioria originários do Norte, designadamente do distrito do Porto, os docentes em questão provêm, na generalidade, da média burguesia. Alguns, poucos, pertencem a famílias de lentes e políticos.

Posto que entre os mestres conscritos figure um famoso autodidata, quase todos possuem cursos superiores e manejam, à vontade, a pena na feitura de livros e artigos, inseridos em jornais e revistas.

Tendencialmente, os novos catedráticos, identificam-se com o movimento republicano, em cuja propaganda determinados militaram, enquanto outros desempenharam cargos políticos de maior ou menor evidência e lugares de chefia na história do regime saído da revolução de 1910.

Afigura-se-nos restrito o número dos que caíram no esquecimento total. Significativo é o contingente dos que, com o pensador Leonardo Coimbra, marcaram posição enquanto intelectuais, professores e autores de estirpe.